

## **Representações sociais de violência a partir da percepção do agressor**

Ana Verônica de Alencar<sup>1</sup>  
Universidade Regional do Cariri

Gislene Farias de Oliveira<sup>2</sup>  
Modesto Leite Rolim Neto<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Cariri

Bianca Alves Vieira Bianco<sup>4</sup>  
Faculdade de Medicina do ABC

### **Resumo**

Representações sociais são explicações, ideias e crenças de um grupo de pessoas que permitem evocações sobre um dado acontecimento, objeto ou pessoa. O objetivo foi conhecer as representações sociais de violência, na percepção do agressor. Foi um estudo de campo, descritivo e qualitativo. A amostra envolveu 29 participantes, todos homens, detidos por violência doméstica. O instrumento de coleta foi uma entrevista semiestruturada. As idades variaram entre 18 a 56 anos, com maior concentração na faixa de 26 a 35 anos (48%). As concepções de violência eliciadas foram agrupadas em três categorias: a) ação violenta, com duas subcategorias: física e emocional; b) caracterização; e c) consequência. As falas de alguns dos agressores parecem levá-los a uma reflexão das consequências de sua ação. Recomenda-se que estudos futuros incorporem as variáveis tempo de relacionamento e tempo de exposição da vítima à violência. Conclui-se que a políticas públicas que proponham intervenções educativas

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Pós Graduada em Psicologia Aplicada à Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Crato, Ceará, Brasil. Correo electrónico: veronicauepb@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal Da Paraíba. Pós-doutorado em Ciências da Saúde pela Faculdade De Medicina do ABC. Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina do ABC. Santo André. São Paulo, Brasil. Correo electrónico: gislenefarias@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorado em Ciências da Saúde e Pós Doutorado em Psicolinguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. Correo electrónico: modestorolim@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Médica. Doutorado e Pós Doutorado em Medicina pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina do ABC. Santo André, São Paulo, Brasil. Correo electrónico: bianca.bianco@hotmail.com

e laborais mais eficazes para os agressores, que não somente as penas de detenção, certamente ajudariam a minimizar o problema.

Palavras-chave: representações sociais, violência, agressor.

## **Representaciones sociales de la violencia a partir de la percepción del agresor**

### **Resumen**

Las representaciones sociales son explicaciones, ideas y creencias de un grupo de personas que permiten evocaciones sobre un acontecimiento, objeto o persona. El objetivo consistió en conocer las representaciones sociales de la violencia, a partir de la percepción del agresor. Fue un estudio de campo, descriptivo y cualitativo. La muestra fue de 29 participantes, todos hombres, detenidos por violencia doméstica. Se utilizó una entrevista semiestructurada. Las edades de los participantes están comprendidas entre los 18 y los 56 años, con una mayor concentración en el rango de 26 a 35 años (48%). Las concepciones de violencia evocadas se agruparon en tres categorías: a) acción violenta, con dos subcategorías: física y emocional; b) caracterización; y c) consecuencia. Las expresiones de algunos de los agresores parecen llevarlos a una reflexión de las consecuencias de su acción. Se recomienda que estudios futuros incorporen las variables tiempo de relacionamiento y tiempo de exposición de la víctima a la violencia. Se concluye que las políticas públicas que propongan intervenciones educativas y laborales más eficaces para los agresores, y no solamente sanciones de reclusión, ayudarán ciertamente a minimizar el problema.

Palabras clave: representaciones sociales, violencia, agresor.

## **Social representations of violence from the perception of the aggressor**

### **Abstract**

Social representations are explanations, ideas and beliefs of a group of people, allowing invocations over a given event, object or person.

The objective was to understand the social representations of violence, the perception of the aggressor. It was a field study, descriptive and qualitative. The sample included 29 participants, all men, arrested for domestic violence. The instrument was one semi-structured interview. Their ages ranged from 18 to 56 years, with the highest concentration in the range 26-35 years (48%). Conceptions of violence evoked were grouped into three categories: a) violent action, with two subcategories: physics and emotional; b) Characterization; and c) Consequence. The speeches of some of the aggressors seem to get them to reflect the consequences of his action. It is recommended that future studies incorporate the variable time of relationship and time of exposure of the victim to violence. We conclude that public policies that propose more effective educational and employment interventions for offenders, not only the penalties of detention, would certainly help to minimize the problem.

Keywords: social representations, violence, aggressor.

## **Introdução**

O presente estudo objetivou conhecer as representações sociais da violência, a partir da percepção do agressor. Além disso, buscou-se compreender o perfil dos agressores, a caracterização da violência perpetrada e de que forma a violência tem interferido em suas vidas sociais, saúde emocional e qualidade de vida.

Representações sociais são explicações, ideias e crenças de um grupo de pessoas, que permitem evocações sobre um dado acontecimento, objeto ou pessoa (Citado por Oliveira, 2004). Segundo o autor, as representações são o resultado das interações sociais de um determinado grupo social.

O conhecimento das representações sociais da violência, a partir da percepção dos agressores, torna-se importante para que se possa discutir de que forma estas percepções, elaboradas e partilhadas por este grupo de pertença, cria a realidade prática no nosso cotidiano. Faz-se necessário compreender mais sobre os perpetradores da violência que, como sujeitos sociais, carregam em si uma série de características sociais e culturais de gênero. Segundo Ribeiro e Coutinho (2011), há uma construção social, que tem concebido o homem, historicamente, em uma condição de dominação sobre a mulher.

## **Violência doméstica**

O no *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*, da Organização Mundial de Saúde (OMS), conceitua a violência como:

“O uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (citado por Zuma, 2005, p. 2).

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), caracteriza violência contra a mulher como todo ato de violência, que é praticado por motivos de gênero e dirigido contra uma mulher (citado por Gadoni-Costa & Dell'Aglio, 2010). Estudiosos acreditam que se trata de um tipo de violência que sempre existiu, e esteve associada a diversos fatores, dentre eles a questões de gênero.

Em se tratando desta perspectiva, nos deparamos com uma série de implicações relacionadas ao fenômeno. Na maioria dos casos, as vítimas permanecem coagidas a um relacionamento que se baseia na dependência financeira e emocional, que retroalimentam novos ciclos de violência. Côrtes (2012) orienta que, na maioria dos casos, a violência é cometida pelo companheiro e na residência da vítima.

A violência é uma violação dos direitos humanos que pode estar associada a uma série de problemas bem mais complexos. No caso violência doméstica e da violência contra a mulher, trata-se de fenômenos multicausais (Pequeno, 2007).

No Brasil, a Lei nº 11.340 (2006), rege os mecanismos que visam coibir a violência doméstica e familiar, especificamente contra a mulher. Nestes casos define os tipos de violência como: física, sexual, patrimonial, moral e psicológica. A violência física implica em ferir ou causar dano ao corpo. Já no caso da violência patrimonial, esta estaria associada à destruição de objetos e outros bens materiais, tais como documentos por exemplo.

A violência sexual é aquela que acontece quando a vítima é subjugada pelo agressor, através de uma conduta que implique em constrangimento a presenciar,

manter ou participar de qualquer relação sexual não desejada; no caso da violência moral, esta constitui conduta que evidencie calúnia, injúria ou difamação. A violência psicológica trata-se da mais sutil. Tente a deixar marcas profundas e duradouras. É caracterizada como qualquer conduta que provoque danos emocionais, desde a diminuição da autoestima, coação, humilhações, imposições, desvalorização, xingamentos, dentre outros que não estejam relacionados a uma conduta de valores morais.

No caso da violência doméstica perpetrada contra a mulher, esta tem repercussões nos diversos aspectos da sua vida. Segundo Ribeiro e Coutinho (2011), um relatório do Banco Mundial aponta que, um em cada cinco dias de ausência da mulher no trabalho, é causado por algum tipo de violência, por ela sofrida, em geral, em seus próprios lares. E, a cada cinco anos, uma mulher perde um ano de vida saudável, quando sofre violência doméstica. O autor complementa que, na América Latina, a violência doméstica é muito séria, atingindo 25% a 50% das mulheres. Em geral, a mulher violentada ganha menos do que as que não vivem em situação de violência. Além disso, estima-se que a violência doméstica tem um custo, que varia entre 1,6% e 2% do PIB de um país, portanto não se trata de uma questão restrita ao âmbito familiar, mas que atinge toda a sociedade.

Em geral, o agressor é homem e, com algum envolvimento afetivo com a vítima. No Brasil, cerca de dois milhões de mulheres tem sido espancadas a cada ano, pelos seus companheiros, sejam atuais ou antigos. Também uma série de problemas de saúde tem emergido em proporções catastróficas. A OMS tem tratado o assunto como de utilidade pública desde os anos 80, dada sua dimensão e gravidade das sequelas (citado por Alves & Coura Filho, 2001).

As dimensões da violência e suas consequências são descritas em diversas publicações. Pesquisas correlacionam à violência, diversas sequelas, a saber: gravidez indesejada, lesões físicas, distúrbios gastrointestinais, doenças sexualmente transmissíveis, mal estares e sentimentos de culpa, autoestima baixa, ansiedade, depressão e suicídios (Oliveira et al., 2005; Villela, 2008). Alguns relatos da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2003) referem que as pessoas vivendo em contexto de violência, encontram-se em maior risco de sofrer alcoolismo, desordens alimentares, e abuso de drogas, estresse, fobias e pânico.

Como já foi dito, em 2006 foi promulgada a *Lei Maria da Penha*, que visa coibir a violência contra a mulher (Lei nº 11.340, 2006). Esta lei fez surgir uma série de mecanismos de apoio à mulher violentada, como a criação de delegacias especializadas, albergues, bem como aplicação de punições bem mais rigorosas aos agressores. O Brasil conta hoje com mais de 300 delegacias especializadas, atuando em quase todos os estados (Debert & Oliveira, 2007). Com denominações diversas, a saber: Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), ou Delegacia para a Mulher (DM), tais instituições são de extrema importância por permitir a mulher um tratamento diferenciado em casos de violência, o que em geral não acontece nas delegacias comuns (Sagot, 2007; Schraiber et al., 2007).

As informações contidas no presente estudo, foram coletadas na Delegacia da Mulher e na Cadeia Pública em Juazeiro do Norte, estado do Ceará.

### **Método**

Trata-se de um estudo de campo, de natureza descritiva e abordagem qualitativa. A amostra não probabilística por conveniência, envolveu 29 participantes, todos homens, sendo 21 deles detidos na Delegacia da Mulher de Juazeiro do Norte, estado do Ceará, e 8 detidos na Cadeia Pública do mesmo município, por violência doméstica.

A coleta aconteceu durante o mês de janeiro de 2014. O critério de inclusão foi estar detido por violência doméstica e residir em Juazeiro do Norte. Foram excluídas do estudo pessoas detidas por outro tipo de situação e aquelas que se recusaram a participar do estudo.

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará, de acordo com a Resolução 196/96 que trata de pesquisas envolvendo seres humanos.

O instrumento utilizado na coleta dos dados foi uma entrevista semiestruturada, contendo duas partes: a) identificação dos sujeitos, a exemplo de sexo, idade, estado civil, escolaridade, religião, profissão, etc., visando caracterizar socioeconomicamente o perfil da amostra e, b) questões relacionadas à violência praticada, a exemplo do tipo de violência, local onde foi praticada, se o sujeito tem

histórico de ter sido agredido, bem como questões visando a eliciação das representações sociais de violência, pelos participantes.

Os resultados foram analisados à luz das considerações da Análise de Conteúdo Temático proposta por (Bardin, 2002) e da teoria das representações sociais de Moscovici (1978). Segundo o autor, as representações sociais como objeto de investigação, constituem elementos de uma realidade social. São maneiras de conhecer e interpretar a realidade. Saberes de um senso comum que são eliciadas naturalmente numa conversação interpessoal, legitimando a cultura de um grupo social.

Para maior conforto dos participantes, as entrevistas aconteceram em local mais reservado, na própria instituição onde os mesmos se encontravam, garantindo o anonimato dos participantes e o sigilo das informações.

## **Resultados e Discussão**

### **Perfil geral dos respondentes**

O objetivo do presente estudo foi conhecer e analisar as representações sociais de violência na percepção dos próprios agressores e como estas se relacionam com as variáveis demográficas. Para isso, foi necessário também conhecer o perfil da amostra e caracterizar o tipo de violência praticada.

A seguir, algumas características do perfil da amostra. A Tabela 1 mostra a distribuição dos sujeitos quanto à idade.

**Tabela 1. Distribuição da idade dos sujeitos da pesquisa**

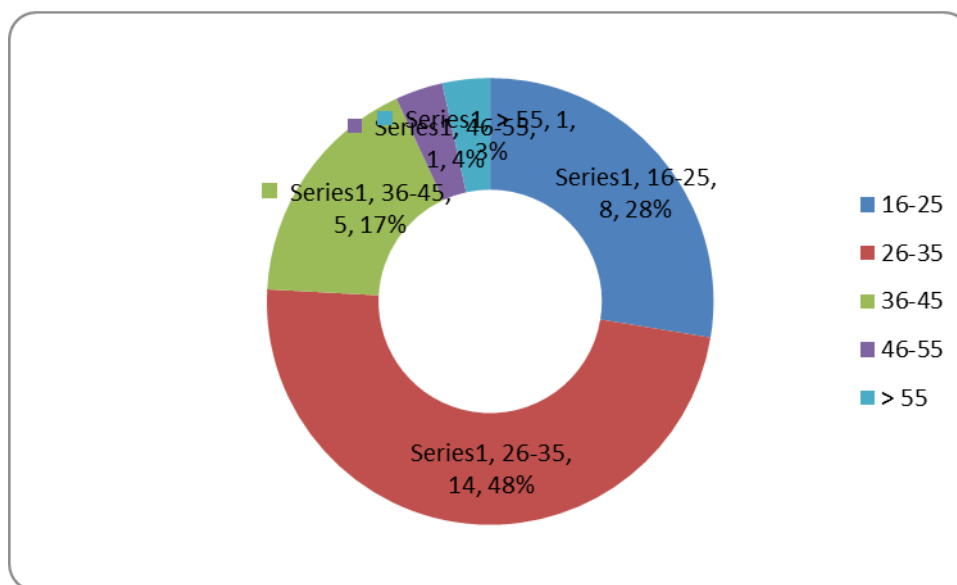
<b>Idade</b>	<b>Mínima</b>	<b>Máxima</b>	<b>Média</b>
Idade	18	56	30.93

Para uma melhor visualização, o Gráfico 1 apresenta a distribuição das idades dos agressores. As idades variaram entre 18 a 56 anos (Média= 30,93; Dp= 8,664). Observe-se que há uma concentração maior na faixa de 26 a 35 anos (48%), seguida da faixa dos 16 a 25 anos (28%) e de 36 a 45 (17%).

Estudos sobre o perfil da vítima e do agressor dão conta de que o agressor, normalmente homem, estariam numa faixa média de idade de 45 anos, enquanto as

mulheres agredidas estariam entre 25 a 30 anos de idade (Lynch, 2006). No caso da presente pesquisa, os agressores são ainda bem jovens, com idade média de 31 anos aproximadamente.

**Gráfico 1. Distribuição dos agressores por idade**



Estudos de Costa (2003) informam que o homem agressivo normalmente apresenta traços comuns, tais como: alcoolismo, situação de desemprego, baixa autoestima e experiências anteriores de maus-tratos. São ainda fatores predisponentes segundo o autor, depressão. Há uma tendência a uma progressão da violência, que aumenta gradualmente até o limiar físico e psicológico da vítima.

A precocidade da violência observada neste estudo pode sugerir maus prognósticos em termos de outros episódios violentos, praticados pelo agressor, no futuro.

Outro aspecto observado foi o estado civil. A maioria dos sujeitos, 18 (62%), são casados ou vivem em união estável, seis (21%) se declararam solteiros e cinco (17%) são separados ou viúvos.

Quanto à escolaridade, a amostra se comportou conforme a Tabela 2, a seguir.



**Tabela 2. Escolaridade dos participantes**

<b>Escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental Incompleto	19	66
Ensino Fundamental Completo	02	7
Ensino Médio Incompleto	04	14
Ensino Médio Completo	03	10
Ensino Superior Completo	01	3
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Os aspectos que implicam em situações de violência não podem ser analisados somente segundo uma lógica relacionada à escolaridade. Mas, segundo Couto, Schraiber, D'Oliveira & Kiss (2006), a impossibilidade de corresponder, tanto às suas próprias expectativas, quanto às expectativas sociais (sobretudo da companheira e familiares) com relação ao sustento da casa e da família, parece representar um ponto de partida.

Neste caso, segundo os autores, o trabalho emerge então, como uma condição que confere ao homem uma maior respeitabilidade diante da mulher, dos filhos e também dos outros homens. Portanto, a questão financeira é vista como fundamental na manutenção do casamento, passando a ser uma importante demanda da mulher em relação ao seu companheiro. E parece haver uma correlação positiva entre baixa escolaridade e baixo rendimento financeiro no trabalho.

Os agressores pesquisados são em sua grande maioria de baixa escolaridade, uma vez que 66% possui o ensino fundamental incompleto. Tal situação é corroborada pela renda familiar dos sujeitos desse estudo, que fora informada da seguinte maneira: 14% informou receber menos de um salário mínimo vigente; 76%, de um a três salários mínimos; 7%, de dois a seis salários mínimos, e apenas uma pessoa (3%), deixou de responder a essa questão. Os salários informados parecem condizentes também, com a profissão informada pelos sujeitos. Observe-se a seguir. Indagados quanto à profissão que exercem: sete (24%) são auxiliares de serviços gerais; cinco (17%) são vendedores; quatro pedreiros (14%); três são segurança (10%); e dez (35%) possuem outras funções como: camelô,

encanador, estoquista, operador de máquina, sapateiro, reciclador, churrasqueiro. Portanto, são pessoas que possuem profissões que sintonizam com seu pouco nível de instrução escolar.

Nestes casos, o pouco reconhecimento da importância social do seu trabalho, pode desencadear uma forte carga negativa de sentimentos como pessimismo, baixa autoestima e insegurança. Elementos que podem vir a desencadear situações de violência e até funcionar como uma espécie de alibi para tal.

Uma outra dimensão observada foi a religião dos participantes, descritas a seguir, na Tabela 3.

**Tabela 3. Religião dos participantes**

<b>Religião</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Católica	25	86
Evangélica	02	7
Outra	02	7
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Diversos autores (Tamayo, Nicaretta, Ribeiro & Barbosa, 1995; Petraitis, Flay & Miller, 1995; Formiga, 2005), tem observado a religião como uma espécie de medida que protege seus seguidores com relação aos comportamentos delitivos e atos antissociais. A religião tem funcionado em muitos casos, como um norte, uma direção a seguir que orienta as pessoas na forma de se conduzir, de maneira que as mesmas passam a refletir seus valores e as normas sociais vigentes a que são submetidas. Tendem a influenciar positivamente na adoção de valores morais, como forma de proteção em situações que possam desencadear violência.

Dessa forma, pensar em programas de intervenção que ajudem as pessoas encarceradas ou que pagam penas por violência doméstica, a refletirem a importância dos valores humanos, normativos e sociais, provavelmente ajudaria em uma reelaboração de suas atitudes, em situações conflituosas cotidianas. É possível que tais medidas possam ajudar a inibir tendências desviantes dos padrões convencionais sociais, contribuindo assim para a manutenção da saúde psicológica e emocional nos lares.

Dentre os participantes, 12 (41%) se encontram em custódia judicial e nove (31%) cumprem medidas protetivas.

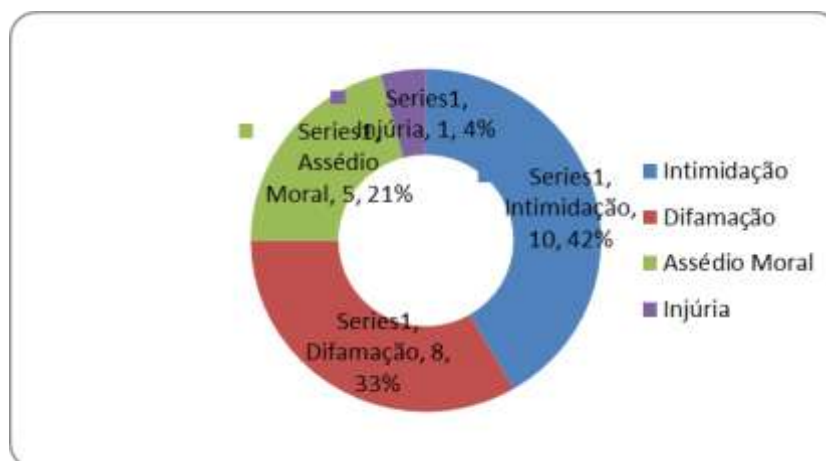
Na grande maioria dos casos 20 (69%) a violência foi perpetrada pelo companheiro. Em outros oito casos (28%), a violência fora perpetrada por outro parente. Em apenas um caso (3%), a violência fora praticada por um vizinho da vítima.

### Questões relativas ao tipo de violência

Em atendimento aos objetivos específicos, indagou-se aos participantes sobre o tipo de violência praticada pelos mesmos.

Quanto ao tipo, 12 participantes (59%) referiram terem praticado violência física, sendo, seis do tipo leve, cinco do tipo grave e um do tipo gravíssima. 27 (93%) referiram à prática de violência sexual, sendo que um relatou estupro e os outros não responderam a esta questão. 24 participantes referiram ter praticado violência psicológica, da forma descrita no Gráfico 2.

**Gráfico 2. Distribuição dos agressores por tipo de violência psicológica**



Segundo Monteiro e Souza (2007), a violência psicológica sofrida pelas mulheres, muitas vezes de maneira repetida e por anos, além de causar intenso sofrimento psíquico, parece ter efeito cumulativo, podendo ser a causa de diversas doenças psicossomáticas ao longo da vida, tais como a ansiedade e a depressão.

Neste último caso, é uma doença altamente prevalente, onde especialistas afirmam ser até 2020, uma das doenças mais incapacitantes do mundo (Medeiros & Sougey, 2010). Segundo os autores, dentre os fatores psicodinâmicos desencadeadores de episódios de depressão, estão os acontecimentos estressores no lar. A violência psicológica também compromete a autoestima, levando a pessoa a uma distorção de sua percepção e pensamento, podendo comprometer a saúde psicológica da mulher.

Os episódios de violência perpetrados pelo homem no ambiente doméstico tendem a denegrir a imagem da mulher, provocando sentimentos de menor valia e desprezo. É um fenômeno de nuances psíquicas, que tem assumido uma feição crônica, estabilizada e ritualizada. A própria literatura traz a prevalência da violência psicológica acima de outros tipos de violência (Monteiro & Souza, 2007).

No estudo em questão, a negligência foi citada por 26 (90%) dos participantes da pesquisa.

Com relação ao local onde ocorreu a violência, a casa foi citada por 24 (83%) dos agressores, na rua foi citado por três participantes (10%) e, outro lugar, foi citado por dois (7%).

Também, 13 (45%) informaram não ser esta a primeira vez que praticaram violência doméstica. 12 participantes (41%) informaram que o fazem de forma continuada.

Indagados que foram sobre o fato de já terem sofrido algum tipo de violência na infância ou adolescência, nove (31%) responderam já ter sofrido violência física, quatro (14%) referiram já terem sofrido violência psicológica e 16 (55%) não responderam a esta questão.

As falas dos participantes revelaram que os mesmos sofriam violência da seguinte forma: Assistia a mãe ser agredida pelo pai; brigas em família; discussões; empregada que batia nos sujeitos quando criança; alcoolismo seguido de agressão por parte do pai; xingamentos e castigos; difamação. Nestes casos, o agressor principal foi o pai ou a mãe, em 17% dos casos.

São escassos os estudos que abordam as consequências psicológicas da violência doméstica na infância e implicações na saúde de suas vítimas (Kempe, Silverman, Steele, Droegemuller & Silver, 1962; Garbarino, Guttman & Seeley,

1988). Um dos possíveis motivos para essa escassez de pesquisas nessa temática parece ser a dificuldade de se isolar o efeito da violência familiar no processo que envolve os diversos fatores de risco relacionados pela dificuldade de se tentar hierarquizar os mesmos.

Independentemente da forma da violência, seja física, psicológica ou sexual, autores apontam que as principais consequências de maus-tratos na infância, envolvem prejuízos no desenvolvimento psicológico e na capacidade intelectual da criança. Porém a intensidade variará dependendo principalmente: a) do vínculo afetivo entre agressor e vítima; b) da percepção do abuso para a criança; c) da duração do mesmo; d) do tipo da agressão; y e) da periodicidade e/ou continuidade da mesma (Kashani, Daniel, Dandoy & Holcomb, 1992; Straus & Gelles, 1995; Gelles, 1997).

## **Representações sociais de violência**

### **Categorias e subcategorias**

A partir das palavras proferidas pelos participantes, as suas concepções de violência, quando indagados sobre as três primeiras palavras que lhe vêm à cabeça quando ouvem a palavra *violência*, foram organizadas da seguinte forma:

*Categoria 1. Ação violenta.* Nesta categoria sobressaíram-se duas subcategorias: Física e emocional.

- *Física.* Onde a ação violenta é representada como um mau trato ao corpo físico ou a objetos. Observam-se as falas que a caracterizam: “agredir” (3), “agressão” (5), “bater” (4), “briga”, “quebrar coisas”, “espancar” (2), “machucar o próximo”.
- *Emocional.* Neste caso a ação violenta foi percebida como um mau trato emocional e/ou psicológico. As falas que caracterizam essa subcategoria são: “maus tratos/maltratar” (5), “desrespeitar” (3), “desprezo” (2), “palavrão”, “ameaça”, “afrontar”, “humilhação”, “abandono”, “falta de diálogo”, “provocação”.

Segundo Moscovici (1978) os dados que muitas pessoas dispõem para responder a uma pergunta são, em geral, insuficientes. Os indivíduos podem conhecer pouco sobre um determinado assunto, mas podem perfeitamente produzir referências abundantes sobre este, quando o relacionam com outros assuntos. No nosso estudo, as representações de violência, nesta categoria, caracterizam-se por um saber ao mesmo tempo lógico e deficiente, já que a violência não se traduz somente como física ou emocional.

### *Categoria 2. Caracterização*

Neste caso, a violência foi percebida na forma como o agressor a caracteriza. Por exemplo: “*coisa ruim*” (5), “*injustiça*” (4), “*cruel*” (3), “*covardia*” (2), “*abuso*” (2), “*fraqueza*” (2), “*desconfortável*”, “*falta de confiança*”, “*crime*”, “*não presta*”, “*atacar outra pessoa*”, “*impulso momentâneo*”, “*desequilibrado*”, “*culpado*”, “*desumanidade*”, “*feio*”, “*triste*”, “*rebelde sem caráter*”, “*droga*”, “*estupidez*”.

### *Categoria 3. Consequência*

Nesta categoria os participantes se referiram à violência percebendo suas consequências. Estas ficaram mais evidentes a partir das seguintes falas: “*não leva a nada*” (2), “*calar*” (2), “*medo*” (2), “*raiva*” (2), “*abandono*”, “*falta de diálogo*”, “*tudo de ruim pode acontecer*”, “*acabar*”, “*tristeza*”, “*morte*”, “*ódio*”, “*falta de confiança*”, “*evitar pensar*”, “*nervosismo*”, “*tudo acabar*”, “*injustamente*”.

Em termos de consequência da violência praticada, a sensação de que *não leva a nada*, o *medo* e a *raiva* foram os sentimentos mais eliciados. Parece haver um sentimento negativo sobre o seu futuro (“*tudo de ruim pode acontecer*”, “*tudo acabar*”). Ainda assim, em muitos casos, os agressores repetem a ação violenta.

Segundo Monteiro e Souza (2007), a indiferença com que as mulheres vítimas de violência doméstica são tratadas, contribui em muito, para que elas permaneçam na inautenticidade.

Ao representar a ação violenta, alguns dos agressores parecem ter refletido as consequências da sua ação e o prejuízo causado pela mesma. Inclusive algumas falas são reveladoras desse sentimento: “*não deve existir*”, “*não admito sofrimento*”, “*quero paz, quero sossego*”, “*não quero briga*”.

Nota-se que os sentimentos ligados às representações sociais da violência são, em geral, negativos e depreciativos. Fazem alusão à destruição da harmonia no lar e a má qualidade da relação, que passa a ser desgastante e perigosa. Uma vez iniciada, tendem a tornar-se constante, com brigas e discussões. Outro aspecto é a constância da violência, que em alguns casos ocorre quase que diariamente.

Para Goleman (2003), racionalizar a situação é uma das estratégias usadas comumente para a negação dos verdadeiros motivos dos sujeitos. Esta atitude ajuda a encobrir e bloquear o verdadeiro motivo que impulsionou o ato agressivo, substituindo-o por outro, criado. Para Dantas-Berger e Giffin (2005), a nossa ordem social é de natureza patriarcal e, por muito tempo, consentiu alguma violência contra as mulheres, destinando ao homem um papel mais ativo e superior na relação social e sexual. Ao mesmo tempo, concebe a mulher como mais passiva. Uma alusão a que as mulheres, de certa forma, aceitem esse papel social a elas destinado.

De acordo com Soares (2004), as mulheres em situação de violência normalmente sentem-se amedrontadas e envergonhadas por não conseguir se impor nem se fazer ouvir, muito menos suscitar respeito por parte do seu agressor, o que gera sentimentos de impotência. Interessante observar que, a fala de alguns dos agressores revela também manifestações de alguma decepção, pela falta de controle no momento da agressão. Porém não parece ter havido alusão a sentimentos de culpa por parte dos agressores, apesar dos mesmos caracterizarem a ação violenta como: “*injusta*”, “*covarde*”, “*um crime*”, por exemplo. É possível que esse tipo de atitude, acentue o desgaste do relacionamento.

Esta distorção perceptiva poderia explicar o ciclo violento vir a perdurar por muitos anos, em alguns casos.

Saffioti (2001) afirma que o espaço familiar não deve se configurar como um campo totalmente harmônico, por conta das interações acontecidas neste âmbito. São condicionamentos e normatizações que são marcadas por, pelo menos, três contradições básicas: a raça, o gênero e a classe social, que se misturam e se potencializam na configuração da violência doméstica. Carneiro (2003) corrobora essas implicações, quando afirma que, quanto mais estejam sujeitas a esse conjunto de desigualdades, serão maiores as possibilidades de se tornarem vulneráveis a violência doméstica. Nestes casos, a condição mental da mulher tornar-se-á mais

sujeita a fragilização e desgaste, pela possibilidade de vir a sofrer ou não, agressões físicas e psicológicas.

### **Considerações finais**

Este estudo buscou discutir as principais representações sociais de violência, sob a ótica do agressor. Trata-se de uma ação descrita como frequente, desarmônica e depreciativa. A mulher na maioria das vezes manifesta reações pela violência sofrida com passividade, vergonha, decepção, culpa e sofrimento.

O homem, autor da violência, tende a ser percebido pela mulher como doente/dupla personalidade, incorrigível ou digno de pena. As principais origens da ação violenta advêm de ciúme, poder e histórico familiar, apontando ancoragens sociais no poder masculino e submissão feminina construída ao longo do tempo.

As principais consequências da violência doméstica para as mulheres são o trauma, o desamor e a insensibilidade, provavelmente diminuindo seus índices de qualidade de vida e inserção social.

Este estudo deve ser considerado como uma introdução a outras pesquisas futuras, no âmbito da violência doméstica. Recomenda-se que, para uma maior abrangência do assunto, sejam incorporadas variáveis como tempo de relacionamento e tempo de exposição da vítima à violência, seja ela física, psicológica ou emocional.

Um diferencial na característica desta pesquisa é a amostra, constituída pelos agressores, buscada tanto em detentos na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, quanto no presídio municipal, em Juazeiro do Norte, estado do Ceará. Há poucos estudos no Brasil, que possuem como participantes, os perpetradores da violência. Normalmente os participantes são as vítimas.

Assim, estudar a violência sob essa perspectiva, partindo da ótica do agressor é importante, não somente ao nível da exploração do fenômeno, mas também na contribuição que esses resultados representam.

Acreditamos que políticas públicas que proponham intervenções educativas e laborais mais eficazes para os agressores, que não somente as penas de detenção poderiam ajudar a minimizar o problema. É preciso, também, focar na prevenção da ação violenta no lar, como forma de promover a saúde da mulher, de forma que a



mesma sinte-se apoiada, encontrando nos órgãos especializados, ações multiprofissionais competentes e eficazes.

De acordo com Gadoni-Costa e Dell'Aglio (2010), uma rede organizada e capacitada tende a fortalecer as instituições que estejam envolvidas com a temática. Dessa forma, torna-se mais fácil que o enfrentamento da violência se consolide socialmente.

## Referências

- Alves, A. M. & Coura Filho, P. (2001). Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no centro de apoio a mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6 (1), 243-257.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres negras, violência e pobreza. In Secretaria de Políticas para as Mulheres (pp. 11-17), *Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres* (pp. 11-17). Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Côrtes, G. R. (2012). Violência doméstica: centro de referência da mulher "Heleieth Saffioti". *Estudos de Sociologia*, 17(32), 149-168.
- Costa, José Martins Barra da. (2003). *Sexo, Nexo e Crime*. Lisboa: Edições Colibri.
- Couto, M. T., Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L. & Kiss, L. B. (2006). Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher, São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup.), 1323-1332.
- Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: Invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), 417-425.
- Debert, G. G. & Oliveira, M. B. (2007). Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica". *Cadernos Pagu*, 29, 305-337.
- Formiga, N. (2005). Comprovando a hipótese do compromisso convencional: Influência dos pares sócio-normativos sobre as condutas desviantes em jovens. *Psicologia Ciência e Profissão*, 25(4), 602-613.
- Gadoni-Costa, L. M. & Dell'Aglio, D. D. (2010). Mulheres em situação de violência doméstica: Vitimização e coping. *Gerais: Interinstitucional de Psicologia*, 2(2), 151-159.
- Garbarino, J., Guttman, E. E. & Seeley, J. W. (1988). *The psychologically battered child*. London: Jossey-Bass.
- Goleman, D. (2003). *Mentiras essenciais, verdades simples: a psicologia da auto-ilusão*. Rio de Janeiro: Rocco.

- Kashani, J. H., Daniel, A. E., Dandoy, A. C. & Holcomb, W. R (1992). Family violence: impact on children. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 31, 181-189.
- Kempe, C., Silverman, F., Steele, B., Droegemueller, W. E. & Silver, H. (1962). The battered child syndrome. *Journal of American Medical Association*, 181, 107-112.
- Lei n. 11.340. (2006, 7 de agosto). *Lei Maria da Penha*. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.
- Lynch, V. (Ed.) (2006). *Forensic Nursing*. St. Louis: Elsevier Mosby.
- Medeiros, H. L. V. & Sougey, E. B. (2010). Distorções do pensamento em pacientes deprimidos: frequência e tipos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 59(1), 28-33.
- Monteiro, C. F. S. & Souza, I. E. O. (2007). Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 16(1), 26-31.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Oliveira, M. S. B. S. de (2004). Representações sociais e sociedades: A contribuição de Serge Moscovici [Resenha do livro *Representações sociais: investigações em psicologia social de Serge Moscovici*]. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 180-186.
- Oliveira, E. M., Machin, R. B., Valverde, A. A. M. M., von Kossel, K., Morelli, K., Fernandes, L. F. B. et al. (2005). Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. *Saúde Pública*, 39(3), 376-382.
- Organização Pan-Americana de Saúde (2003). *Doenças crônico-degenerativas e obesidade: estratégia mundial sobre alimentação saudável, atividade física e saúde*. Brasília: Autor.
- Pequeno, M. J. P. (2007). *Direitos humanos e violência*. Recuperado em 8 de junho, 2010, de <http://www.colegiointegral.com.br/EM/AULAS/2ano/SOC-violencia.ppt>
- Petratis, J., Flay, B. R. & Miller, T. Q. (1995). Reviewing theories of adolescent substance use: Organizing pieces in the puzzle. *Psychological Bulletin*, 117(1), 67-86.
- Ribeiro, C. G. & Coutinho, M. L. L. (2011). Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. *Psicologia e Saúde*, 3(1), 52-59.

- Saffioti, H. (2011). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.
- Sagot, M. (2007). A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. In S. N. Meneghel (Org.), *Rotas críticas: mulheres enfrentando a violência* (pp. 23-50). São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., França-Junior, I., Diniz, S., Portella, A. P., Ludermir, A. B., et al. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Saúde Pública*, 41(5), 797-807.
- Soares, V. O. (2004). Feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In G. Venturi, M. Recamán & S. Oliveira (Orgs.), *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (pp. 161-182). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Straus, M. A. & Gelles, R. J. (1995). *Physical violence in American families: Risk factors and adaptations to violence in 8,145 families*. New Brunswick, N. J.: Transaction Publishers.
- Tamayo, A., Nicaretta, M., Ribeiro, R. E. & Barbosa, L. P. G. (1995). Prioridades axiológicas y consumo de drogas. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de la América Latina*, 4, 300-307.
- Villela, W. (2008). Mulher, violência e AIDS: Explorando interfaces. In A. Nilo (Org.), *Mulher, violência e AIDS* (pp. 107-126). Recife: Gestos.
- Zuma, C. E. (2005). Em busca de uma rede comunitária para a prevenção da violência na família. In *Anais do III Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária*. Fortaleza, 2005. Recuperado em 29 de junho, 2012, de <http://www.noos.org.br/acervo/Embuscadeumaredecomunitariaparaaprevencaodaviolencianafamilia.pdf>